

MWEWA, C. M. (Org.). **Panorama do Trabalho Social no Sul de Santa Catarina: Estudos Monográficos**. DIOESC, Florianópolis, 2012.167p.

Patrícia da Costa Oliveira¹

A resenha crítica pretende analisar o livro “Panorama do Trabalho Social no Sul de Santa Catarina: Estudos Monográficos”. A intenção principal desta resenha é produzir um estudo que envolva a importância do trabalho da assistente social e sua relação teórico-metodológico na concepção da práxis profissional. Destaca-se ainda, o objetivo de fundamentar como os estudos monográficos apresentados no livro podem ser importantes, ou não, para a categoria profissional e suas relações com os saberes.

Importante frisar, que o Serviço Social constrói suas práticas de maneira tal a adequar a pessoa humana na forma de cidadão digno, buscando os seus princípios profissionais para efetivar a ampliação da tomada de consciência ética e a preocupação com a ampliação da busca pela consolidação da cidadania. O crescimento profissional da assistente social relaciona-se com a interdisciplinaridade, ao qual esta se insere nos espaços de trabalho aliando teoria-prática.

Maria Lucia Martinelli, em seu artigo “O uno e o Múltiplo nas relações entre as áreas do saber” (1995), entende que O Serviço Social enquanto profissão busca uma constante identificação com práticas de busca de conhecimentos científicos para adequação das práticas e agir técnico profissional.

O livro Panorama do Trabalho Social no Sul de Santa Catarina retrata as ações educativas e os projetos, bem como reflexões a respeito do trabalho social desenvolvido pelas assistentes sociais. O volume é composto por sete artigos sendo que as principais temáticas apresentadas são: relações sociofamiliares, exclusão social, evasão escolar, importância da qualificação profissional, violência sexual intra/extra familiar e atendimento às profissionais

¹ Aluna do Curso de Serviço Social da Unisul, E-mail: paty_4000@hotmail.com O Curso de Serviço Social da UNISUL conta com a coordenação da Professora Elivete Andrade Anselmo, graduada em Serviço Social pela UNISUL e Mestre em Serviço Social pela PUC-RS.

do sexo. Os trabalhos estudam e dialogam entre si de maneira complementar. O objeto de intervenção da assistente social são as expressões da questão social e de que formam estas interferem nas relações sociais dos indivíduos, portanto o volume analisado valoriza o trabalho profissional da assistente social e de que forma esta profissão se articula com as demais profissões em prol de uma universalização de direitos.

Os municípios de pesquisa apresentados no livro são, Laguna, Tubarão e Imbituba-SC. É a partir do contexto de cada município que as projeções do trabalho social da assistente social são apresentadas nesta resenha. Portanto é uma produção singular e contextualiza uma realidade local e suas totalidades que a definem sem perder o foco na universalidade dos problemas sociais que podem ser comuns a todos os subalternizados.

As pesquisas desenvolvidas por intermédio dos estudos monográficos apontam nas suas generalidades, que as abordagens socioeducativas do profissional da área do Serviço Social são imprescindíveis para a consolidação da cidadania como fonte de democratização dos saberes. Essa discussão está presente no Serviço Social através de produções bibliográficas que podem ser apreendidas sob duas perspectivas: Uma se pauta no debate de forma mais intensa no eixo ético-político e outra que direciona a análise para a prática profissional no âmbito do trabalho social.

Por meio deste trabalho social interdisciplinar os cidadãos nas suas especificidades podem relacionar-se às temáticas ainda não conhecidas ou esquecidas, trazendo para a consciência na formulação de identidades e singulares de cada um. Conforme definição de um dos autores do volume “[...] a educação se apresenta como uma prática social intimamente associada ao desenvolvimento integral do sujeito, [quando] comprometida com a formação da cidadania e seu pleno exercício.” (CANARIN, 2012, p. 23).

O diferencial deste trabalho é que cada artigo deve ser independente entre si, mesmo fazendo parte de uma coletânea, a sua leitura pode ser realizada separadamente. Esse fator por certo pode ser fruto de uma crítica, uma vez que muitas informações acabam se repetindo em dois ou mais artigos.

Quando o leitor passa a ler o livro na sua integridade, tornam-se um tanto quanto cansativos pelas repetições existentes.

O primeiro artigo que encontramos na coletânea apresenta o que podemos encontrar mais à frente com a nossa leitura. De forma clara o autor, Ricardo Teixeira Canarin, analisa o ensino superior e como este pode influenciar diretamente na educação dos estudantes universitários, além do que, analisa como estes podem atuar de forma reflexiva e crítica na realidade depois dos processos de formação profissional constituídos. Segundo o autor “[...] A universidade faz parte desse sistema [formação profissional], na medida em que é reconhecida como instituição social responsável pela difusão do conhecimento e pela geração de novos saberes [...]” (p. 18). Pode-se dizer que o artigo do Ricardo T. Canarin fundamenta as práticas e as análises interventivas que serão apresentadas no decorrer do volume.

Fundamenta-se que a família é a instância básica no qual o ser humano se insere e capta sentimentos de conduta, valores e identidade social, promovendo-se em redes sociais comunitários e estreitando seus vínculos e suas relações interpessoais prevendo um desenvolvimento. (SIMÕES, 2007, p. 175). Ainda conforme Simões (2007, p. 175), segundo a resolução n. 14/04 da Política Nacional de Assistência Social, a família é a *instância central* no que diz respeito a política de assistência social, sendo que encaixa-se como provedora da manutenção social primárias dos cidadãos e protegida pelo poder público. A célula família tem seus direitos de liberdade e autonomia previstos em Constituição como cidadãos brasileiros. No entanto, o Estado pode e deve interferir quando se encontra em situação de desagregação familiar, visando ações para sua recomposição.

É nesse sentido que os outros dois artigos conseguintes, elaborados por Cristiana Rick e Lara Aguiar, cada um na sua individualidade, mas de forma complementar, analisam com focos diferenciados de pesquisa a importância do papel das famílias e as possibilidades e desafios do Trabalho Social junto ao CRAS (Centro de Referência da Assistência Social). Percebe-se que a prática profissional da assistente social frente às demandas existentes deve ser altamente crítico e comprometido com a realidade, uma vez que o trabalho

social com as famílias projeta-se como uma alavanca para que o usuário dos serviços possam transformar-se e promover-se nos meios sociais, almejando um impacto social significativo e auto-realização no que diz respeito à busca da autonomia.

Fatores como a exclusão social, as vulnerabilidades sociais e os níveis de afetividade nos familiares, definem-se como desafios para a assistente social no decorrer da prática profissional. Segundo RICK (2012, p.39), “[...] cada membro pode ser considerado corresponsável por todo desenvolvimento das relações intrafamiliares [e extrafamiliares] [...]”. Portanto, o desenvolvimento no âmbito familiar das crianças e adolescentes é fundamental para a formação educacional, já que esta se configura como o primeiro contato do indivíduo com as outras pessoas, e a partir desse meio é que ele cria sua identidade, manifesta seus valores e materializa sua cultura.

No artigo “O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina”, Pablo Gentili (2009, p. 1072, versão *on-line*) analisa o processo de exclusão e desigualdades na inclusão educacional. Ele, ainda, utiliza a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 que reconhece que a educação é um direito humano, “*um bem público e social*”, que nos ajuda a nos reconhecermos como seres humanos livres e iguais e direitos e a lutar como toda forma de exclusão. Assim, “[...] A educação protege-nos e é a defesa de nossa identidade [...]”. Em outras palavras, a educação protege e molda a identidade do indivíduo, projetando novas possibilidades e perspectivas.

Diante disto, os dois próximos artigos do volume produzidos por Rosiani Comelli e Gisele Masiero, nos focos particulares de suas pesquisas, enfatizam que o papel da educação é primordial para defesa de nossa identidade cultural. Destacam ainda que a orientação educacional voltada para a qualificação profissional dos jovens deve se pautar em um processo contínuo de fortalecimento de perspectivas. Comelli (2012, p. 62) nos chama atenção para a análise da importância do auxílio da assistente social na superação das dificuldades encontradas pelos educadores frente aos adolescentes em conflito com a lei. Para a autora, “[...] espera-se que por meio do processo educativo, o usuário com informação e reflexão ganhe mais autonomia para circular no

espaço social [...] avançar [para a] consciência de sua cidadania [...]" (2012,p.86).

Os adolescentes em conflito com a lei são vítimas de um sistema social, que pouco materializa de concreto para a defesa de uma política de atenção integral às crianças e adolescentes preconizadas legislativamente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) instituído em 1990. Soma-se ainda a desatenção da família com seus filhos, em virtude de diversos fatores sendo imperativas as situações de vulnerabilidades sociais encontradas. Por esta razão, concebem as medidas socioeducativa como forma de proteger a integralidade do adolescente, uma vez que justificam uma melhor inserção social dos jovens que cometeram infrações.

A eficácia depende de profissionais competentes, com condições de trabalho atuando na execução dos programas conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente. Entretanto, mesmo com estas condições garantidas, a eficácia ainda seria questionável tendo-se em conta que os fatores de ordem social e familiar podem influenciar em alguns casos no sentido oposto ao da reeducação.

A falta de infraestrutura e de profissionais preparados tecnicamente é insistentemente citada como responsável pela dificuldade na execução das medidas. Na mesma direção, denuncia-se a omissão do governo na implantação de uma política de atenção às famílias, que incluía programas de complementação de renda, capacitação para o trabalho e apoio para a educação dos filhos. Por fim, a assistente social tem seus objetivos traçados na procura da garantia da efetividade das políticas públicas que fortaleçam a vida familiar, a promoção e inclusão no mercado de trabalho pela mediação de ações socioeducativas.

Durante décadas o Serviço Social tem demonstrado para todos, que não é uma profissão estática, e sim altamente dialética e dinâmica, não possui moldes e nem forma própria podendo se efetivar nas mais diversas áreas e como diversas estratégias diferentes, levando em consideração aspectos regionais, demandas e necessidades sociais nos territórios de atuação. Olhar o ser humano como um todo é compreender sua cultura e sua identidade. Com

este olhar é que os autores do sexto artigo, Beatriz Salvador e Christian Muleka Mwewa, dissertam com enfoque na seguinte questão: quais os motivos vivenciados pelas profissionais do sexo – medo, paixões, traumas, perspectivas – que conduziram estas a atuarem como profissionais do sexo no município de Ibituba-SC. A pesquisa foi realizada por intermédio da organização não governamental ISO (Indústria da Solidariedade), por meio de entrevistas (semi-estruturadas) e depoimentos os pesquisadores puderam interpretar como a falta de estrutura familiar e a educação podem influenciar nos direcionamentos e nas opções dos indivíduos.

O respeito pelo outro e a abolição de atos discriminatórios, julgamentos e rótulos é dever da assistente social, por isso no cotidiano profissional a mesma deve olhar o ser humano na sua totalidade, proporcionando que este retire suas máscaras que a sociedade impõem e se observe como cidadão de direitos.

A assistente social deve estar atenta as realidades existentes nos municípios e encarar esta profissão como outra, mantendo um olhar ainda mais prioritário, principalmente no que diz respeito à educação sexual, onde estas tenham a oportunidade de obter informações e orientações da prática do sexo seguro, além dos direitos e legislações pertinentes à profissão. Os autores destacam a necessidade do “[...] reconhecimento dessas mulheres, profissionais do sexo, como cidadãs”, pois “[...] lidamos com pessoas, independente de sua profissão [...]” concluem os autores (p.131). Este entendimento é também compartilhado pela assistente social que trabalhará com o indivíduo independente de qualquer característica física ou escolhas profissionais.

A coletânea em questão nos faz entender que com seu caráter sociopolítico, crítico e interventivo, a assistente social tem ampliado a ação em todos os espaços em que se transfiguram as desigualdades sociais que se originam o antagonismo entre a socialização da produção e a apropriação privada dos frutos do trabalho. Os textos presentes neste volume trabalham essencialmente as relações sociais por meio de uma ação global de cunho socioeducativo e de prestação de serviços. O seu fazer profissional exige um

conhecimento amplo sobre a realidade na sua complexidade para criar meios com o intuito de transformar a direção do projeto político-profissional através da ação da assistente social.

O último artigo da coletânea, elaborado por Silvia Regina Borges, tenciona os saberes do campo da Educação e/ou direitos humanos e a violência sexual intrafamiliar no município de Imbituba. O artigo enfoca a necessidades dos educadores conhecerem aspectos legislativos pertinentes ao combate à violência sexual intrafamiliar, suas realidades e seus direitos. O ponto principal do trabalho da autora é sintetizar uma realidade que existe, por certas vezes mascaradas, em diversas escolas públicas do país. Entre os meios escolares este assunto não é tão abordado visto a sua polêmica. E esta pode ser considerada a justificativa do trabalho social nos meios escolares. A importância de promover ações socioeducativas com os professores para que estes se sintam mais seguros para lidar com questões pertinentes à violação de direitos. A autora salienta que “por se tratar de uma questão relacionada a fatores culturais e sociais, o enfrentamento desta problemática requer a participação de toda a sociedade [...]”. (2012, p.155).

Segundo Piana (2009, p.201), o Serviço Social tem buscado construir um perfil profissional com as conquistas de espaços para o protagonismo de ações que possibilitem intervenções profissionais, que sejam criativas, estratégicas, destemidas e, principalmente, comprometidas com a transformação social dos futuros cidadãos brasileiros, quando no caso lidamos com crianças.

Para Borges (2012, p. 153), “a formação educacional da criança e do adolescente não se realiza somente na sala de aula [...]”. Sob este entendimento enfatizamos que a assistente social, tem como objetivo a transformação social e ampliação do reconhecimento da cidadania, como forma de criação da consciência crítica e política, fora dos contextos escolares por intermédio do que podemos categorizar como *empoderamento* do indivíduo sobre **as suas realidades**.

Sendo assim, compreendemos a importância no campo do serviço social deste volume visto que ele pode sintetizar práticas profissionais que contribuem

para o processo de formação na orientação dos trabalhos dos assistentes sociais em diferentes contextos. Para, além disto, o trabalho amplia as discussões a respeito da importância da efetivação das políticas públicas e o comprometimento dos municípios com a execução dos serviços prestados à população.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARTINELLI, M. I. o Uno e multiplo nas relações entre as areas do saber.São Apulo: EDUC/Cortez, 1995, P. 152-166

IAMAMOTO, Marilda Vilela.**O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.**7ª ed.São Paulo. Cortez,2004

SCHERER-WARREN, Ações Coletivas e movimentos sociais. **Redes emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos.**Curitiba;Appris,2012. (19-33)

PIANA,Maria Cristina.**Serviço Social e Educação:olhares que se entrecuzam.**Revista Serviço Social e Sociedade,Franca, v.18,n 2, p.182-206,2009.

GENTILI,Pablo.**O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina.** Educ.Soc.,Campinas,vol. 30,n. 109,p.1059-1079,set/dez.2009.Disponível em: [HTTP://www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br)> acessado em setembro de 2012.

SIMÕES Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social (Biblioteca Básica do Serviço Social vol.3.)** São Paulo Ed. Cortez , 2007.